

Olhares sobre a educação inclusiva

Visions of inclusive education

Puntos de vista sobre la educación inclusiva

Recebido: 19/09/2022 | Revisado: 25/09/2022 | Aceitado: 26/09/2022 | Publicado: 24/10/2022

José Carlos Guimarães Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
Governo do Distrito Federal, Brasil
E-mail: profjc65@hotmail.com

Rita de Cássia Soares Duque

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5225-3603>
Faculdade Faveni, Brasil
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil
E-mail: cassiaduque@hotmail.com, Brasil

Carlos Alberto Feitosa dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6238-0748>
Universidade Ibirapuera, Brasil
E-mail: feitosa2006@yahoo.com.br

Daiana Vincunha Lira Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0405-1847>
Centro Universitário Nilton Lins, Brasil
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
Faculdade Serra, Brasil
E-mail: geraldaiana.vl@hotmail.com

Adelene de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9473-4931>
Universidade Federal de Lavras, Brasil
Centro de Educação e Apoio às Necessidades Auditivas, Visuais e TEA, Brasil
E-mail: adelenebr@hotmail.com

José Antonio da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9137-220X>
Florida University, EUA
Juiz do Tribunal Eclesiástico da Diocese de Barra do Piraí, Brasil
Conselho Gestor da Fundação Educacional Severino Sombra, Brasil
Universidade de Vassouras, Brasil
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: janthonous@uol.com.br, Brasil

Adão Rodrigues de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7348-5876>
Universidade Unopar, Brasil
E-mail: adao.sousa@unemat.br

Rafael dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5338-922X>
Faculdades Integradas UNIVALI, Brasil
Universidade Regional de Blumenau, Brasil
Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Must University, EUA
E-mail: rafasantos.fms@gmail.com

Patrícia Pereira N. de Queiroz

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9047-918X>
Universidade Estadual de Goiás, Brasil
Secretaria de Educação do Estado de Goiás, Brasil
E-mail: patriciaqueiriz060877@gmail.com

Rayra Chrystina Veiga Campos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9297-6865>
Universidad Columbia del Paraguay, Paraguai
Instituto de Ensino IESF, Brasil
Faculdade FSF, Brasil
Rede Municipal de Ensino de São Luis-MA, Brasil
E-mail: rayraped@hotmail.com

Rogéria Cristina Espinosa Belinello

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7204-3224>
Faculdade de Birigui, Brasil
E-mail: rogeriaespinosa77@gmail.com

Resumo

Desde que se tornou uma democracia, o sistema educacional no Brasil se desenvolveu consideravelmente, mas ainda está longe de ser satisfatório de acordo com o quadro legal. A justificativa para este estudo está na necessidade de compreender que a educação inclusiva visa educar todas as crianças independentemente de diferenças ou dificuldades individuais e é uma forma de mudar atitudes discriminatórias, promover comunidades de acolhimento e uma sociedade inclusiva. Dentro deste contexto, tomando uma perspectiva democrática, qual a qualidade da educação que está sendo oferecida, levando em consideração aspectos como a influência e o poder sobre a própria situação de vida, participação, solidariedade e liberdade de expressão? O objetivo geral deste estudo é examinar a garantia da Lei e como a instituição educacional trabalha com os direitos das pessoas intelectualmente incapacitadas para a igualdade de educação. Isso será comparado ao quadro legal ao qual o país aderiu e ao documento governante do país para a escola, com foco na educação inclusiva e seus desafios. Hipoteticamente, uma educação de qualidade é aquela que fornece recursos e apoio, dando a todos os indivíduos oportunidades iguais para aprender e se desenvolver. O estudo é uma revisão bibliográfica. Embora ainda haja muito trabalho a ser feito para implementar o princípio de uma educação igual para todos nas escolas no Brasil, a provisão de uma educação inclusiva deve ser vista como um processo.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Igualdade; Brasil; Políticas públicas.

Abstract

Since becoming a democracy, the educational system in Brazil has developed considerably, but it is still far from being satisfactory according to the legal framework. The justification for this study lies in the need to understand that inclusive education aims to educate all children regardless of individual differences or difficulties and is a way to change discriminatory attitudes, promote welcoming communities and an inclusive society. Within this context, taking a democratic perspective, what quality of education is being provided, taking into consideration aspects such as influence and power over one's own life situation, participation, solidarity, and freedom of expression? The overall aim of this study is to examine the guarantee of the Law and how the educational institution works with the rights of intellectually disabled people to equal education. This will be compared to the legal framework to which the country has adhered and the country's governing document for the school, with a focus on inclusive education and its challenges. Hypothetically, a quality education is one that provides resources and support, giving all individuals equal opportunities to learn and develop. The study is a literature review. While there is still much work to be done to implement the principle of an equal education for all in schools in Brazil, the provision of inclusive education should be seen as a process.

Keywords: Inclusive education; Equality; Brazil; Public policies.

Resumen

Desde que se convirtió en una democracia, el sistema educativo de Brasil se ha desarrollado considerablemente, pero aún está lejos de ser satisfactorio según el marco legal. La justificación de este estudio radica en la necesidad de comprender que la educación inclusiva tiene como objetivo educar a todos los niños, independientemente de las diferencias o dificultades individuales, y es una forma de cambiar las actitudes discriminatorias, promover comunidades acogedoras y una sociedad inclusiva. En este contexto, adoptando una perspectiva democrática, ¿qué calidad de educación se imparte, teniendo en cuenta aspectos como la influencia y el poder sobre la propia situación vital, la participación, la solidaridad y la libertad de expresión? El objetivo general de este estudio es examinar la garantía de la Ley y cómo la institución educativa trabaja con los derechos de los discapacitados intelectuales a la educación en igualdad de condiciones. Se comparará con el marco legal al que se ha adherido el país y con el documento de gobierno de la escuela, centrándose en la educación inclusiva y sus retos. Hipotéticamente, la educación de calidad es aquella que proporciona recursos y apoyo, dando a todos los individuos las mismas oportunidades de aprender y desarrollarse. El estudio es una revisión de la literatura. Aunque todavía queda mucho trabajo por hacer para aplicar el principio de una educación igual para todos en las escuelas de Brasil, la provisión de una educación inclusiva debe considerarse como un proceso.

Palabras clave: Educación inclusiva; Igualdad; Brasil; Políticas públicas.

1. Introdução

De 1964 a 1985, o Brasil foi governado por uma junta militar que reteve muitos direitos individuais e democráticos. Ficou claro que a ditadura militar chegaria ao fim quando, em 1984, a população brasileira iniciou uma campanha de reforma maciça (NAÇÕES UNIDAS, 2006; UNESCO, 2015). Isso levou o país a se tornar uma democracia com um presidente eleito em 1988. Neste ano, o novo governo decidiu que uma educação pública básica e superior gratuita deveria ser dada a todos os brasileiros como direito civil (Brock & Schwartzman, 2004).

Desde que se tornou uma democracia, o sistema educacional no Brasil se desenvolveu consideravelmente, mas ainda está longe de ser satisfatório de acordo com o quadro legal. Em dezembro de 1996, o Brasil adotou uma lei sobre educação nacional que afirmou, entre outras coisas, que as escolas devem educar todos os cidadãos, fortalecer a democracia e promover a diversidade cultural. O princípio da educação inclusiva para alunos com necessidades especiais foi incluído na lei (lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9.394, 1996).

A justificativa para este estudo está na necessidade de compreender que a educação inclusiva visa educar todas as crianças independentemente de diferenças ou dificuldades individuais e é uma forma de mudar atitudes discriminatórias, promover comunidades de acolhimento e uma sociedade inclusiva. Embora a lei indique que o país deve oferecer oportunidades educacionais iguais, não está sendo alcançado na prática e grandes diferenças permanecem.

Dentro deste contexto, tomando uma perspectiva democrática, qual a qualidade da educação que está sendo oferecida, levando em consideração aspectos como a influência e o poder sobre a própria situação de vida, participação, solidariedade e liberdade de expressão? As tensões entre a qualidade da educação e a igualdade e entre integração e segregação são controversas em muitos países.

O objetivo geral deste estudo foi examinar a garantia da Lei e como a instituição educacional trabalha com os direitos das pessoas intelectualmente incapacitadas para a igualdade de educação. Isso será comparado ao quadro legal ao qual o país aderiu e ao documento governante do país para a escola, com foco na educação inclusiva e seus desafios. E tem como objetivos específicos: Descrever a inclusão social e educação inclusiva no Brasil; apresentar o pesquisador Paulo Freire e suas teorias do conhecimento; compreender o sistema educacional brasileiro; e verificar o quadro atual da qualidade da educação no Brasil.

Hipoteticamente, uma educação de qualidade é aquela que fornece recursos e apoio, dando a todos os indivíduos oportunidades iguais para aprender e se desenvolver. Isso está intimamente ligado ao direito à não discriminação, onde todos terão a oportunidade de participar de atividades na vida social e poder influenciar as decisões que afetam suas vidas e a comunidade em que vivem.

A metodologia de estudo é descritiva e qualitativa, uma revisão bibliográfica. O levantamento dos dados e das informações relevantes para à investigação e o entendimento das questões propostas, foram utilizadas técnicas de bibliografia indireta. De acordo com Gil (2010), bibliografia indireta divide-se em pesquisa documental (as fontes primárias) e a pesquisa bibliográfica (as fontes secundárias). O estudo é conduzido a partir de uma perspectiva construtivista social.

Esta perspectiva vê indivíduos e o mundo social como produtos de processos sociais (Gil, 2010). Ao abordar essa perspectiva, procura-se compreender a sociedade através de processos sociais. A realidade parece ser socialmente construída. Os indivíduos podem ser vistos como objetos das condições nas quais eles nasceram. Esses fatores fornecem oportunidades e restrições para o desenvolvimento individual (Egeberg e Jerlang, 1999).

2. Metodologia

Escolhemos a abordagem de estudo do tipo qualitativa que, conforme Goldenberg (1997), que de alguma forma não é extremo ao analisar números, oposto a metodologia do tipo quantitativa, que defende seu modelo singular de pesquisa, aprofundando seus entendimentos em um determinado grupo.

Dessa forma, a abordagem qualitativa é caracterizada pelo processo indutivo, que segundo André (1983), análise qualitativa tem caráter de compreender os fenômenos na sua manifestação natural, buscando diferentes significados já vívidos, auxiliando o indivíduo no seu conhecimento. A abordagem da Etnometodologia fará prospecção e a compreensão metodológica, de modo que abranja os atores envolvidos em todo o processo em análise.

Citando Coulon (1995) “a etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos de todos os indivíduos que utilizam para dar sentido e ao mesmo tempo realizar suas ações todos os dias”, busca falar sobre a organização social, da realidade utilizada pelos indivíduos para dar sentido as suas ações diárias, compreende estes indivíduos como sociólogos práticos, onde as categorias da etnometodologia são prática e realização; indicialidade, reflexividade, accountability e noção de membro.

Ainda comentado nos dizeres de Coulon (1995), esse conceito está voltado para as atividades práticas e raciocínio prático, cotidiano; assim, os métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido ao que realizam, suas ações, sejam elas de tomada de decisão, raciocínio ou comunicação, onde a indicialidade: as características desse conceito deve ser algo entendido a partir de um conjunto de linguagem. É o conjunto da linguagem natural, profundamente indicial, o significado de sua linguagem cotidiana depende do contexto em que esta linguagem aparece. Tal qual a reflexividade: compreende as propriedades racionais reconhecíveis por parte dos indivíduos a partir do senso comum, que estes têm das coisas que dizem ou fazem nos seus contextos de interação. Interagindo com o mundo, um modo não verbal de dizer um texto.

Para Gil (1999), “a fase exploratória tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar ideias a partir do que está sendo tratado, no qual suas formulações de problemas são mais precisas para próximos estudos associados”.

No que se refere a sua tipificação, pode-se dizer que o estudo é de natureza exploratória, onde tanto para Fontelles et al. (2009) como para Gil (2019), este tipo de estudo é pertinente nos casos em que há pouco material a respeito do assunto pesquisado, o que evidencia a necessidade da geração de mais conhecimentos sobre a área estudada.

2 Referencial Teórico

Em nível muito básico, o treinamento geral começa com todos os alunos deficientes que têm acesso às mesmas oportunidades educacionais que outras crianças. No entanto, de acordo com James e Ashwill (2007), apenas 1% dessas crianças têm acesso à educação em países em desenvolvimento latino-americanos.

2.1 Inclusão Social e Educação Inclusiva

A maioria predominante do leigo e a parte do público profissional predominam no conceito distorcido de inclusão e educação inclusiva. Baseia-se na crença de que a educação inclusiva é reduzida à educação comum dos alunos de necessidades educacionais saudáveis e especiais, alunos de diferentes nacionalidades, culturas ou religiões. É menos sobre o fato de que é especialmente sobre criar condições na escola para que toda criança, sem exceção, se sinta boa na escola para querer vê-la como ela própria (Vitková, 2013).

A escola inclusiva é um conceito tão exigente que não pode ser resolvido de forma complexa ou instantânea. Apesar da legislação brasileira no domínio da educação em relação às minorias nacionais e aos grupos étnicos não se separar, não pôde criar um ambiente escolar inclusivo para estes alunos em longo prazo. A evidência é o resultado insatisfatório a longo prazo de sua educação (Enciclopédia das Nações, 2016).

Mesmo antes de se envolver em educação inclusiva, considera-se necessário mencionar brevemente o conceito de inclusão. A inclusão é a noção de afiliação humana e democrática com o reconhecimento dos mesmos direitos e do serviço aos vizinhos. A inclusão significa que cada pessoa (Vitková, 2013): É membro integral da sociedade, independentemente da sua performance; tem o direito de ser considerado uma pessoa igual; é dependente da sociedade para poder desenvolver; e ele / ela tem o direito de participar, não desqualificação.

A inclusão renuncia a qualquer categorização. Com base nas ideias de inclusão, cada pessoa tem o mesmo valor, então ele deve ser apoiado individualmente no melhor e para cada aluno a escola deve ter os recursos necessários (VÍTKOVÁ, 2013). A inclusão social é um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social (oportunidades de

exclusão) tenham oportunidades e recursos para poder participar plenamente na vida econômica, social e cultural e ter um padrão de vida de qualidade. É considerado comum na sociedade em que vivem. Isso lhes proporciona uma maior participação na tomada de decisões, que afeta suas vidas e acesso aos direitos fundamentais (Enciclopédia das Nações, 2016).

Em um espaço tão limitado, não é possível dedicar mais detalhes à definição de educação inclusiva, se os antecedentes teóricos já forem elaborados nos materiais de trabalho do projeto de Apoio ao Modelo Inclusivo de Educação para o Sistema Escolar Pré-Primário (Vitková, 2013). Ele descreve os conceitos, objetivos e princípios básicos da educação inclusiva, o índice de inclusão. No entanto, deve-se enfatizar que a educação inclusiva é uma ampla gama de estratégias, atividades e processos que buscam realizar o direito à educação de qualidade, útil e adequada de alunos com necessidades educacionais especiais (UNESCO, 2015).

A UNESCO define a educação inclusiva como um processo dinâmico de aceitação positiva da diversidade dos alunos quando as diferenças individuais não são vistas como um problema, mas como uma oportunidade para enriquecer o processo educacional. Baseia-se em três princípios principais, nomeadamente o acesso à educação gratuita e obrigatória, a igualdade e a não discriminação e, em última instância, o direito a uma educação de qualidade.

Em conexão com alunos de ambiente socialmente desfavorecido a educação inclusiva pode ser considerado como um mecanismo-chave para a inclusão social, pois alcançar uma educação de pleno direito é um dos objetivos mais importantes para a inclusão social. A razão para isso é adquirir a qualificação, que é o principal fator de inclusão no mercado de trabalho. A inclusão social é visto como um conjunto de ações e mecanismos que facilitem a integração cultural e econômica e participação significativa dos grupos sociais e indivíduos na sociedade (UNESCO, 2015).

A filosofia da inclusão baseia-se em valores fundamentais que enfatizam a dignidade humana, os direitos humanos e a diferença como normalidade. Stubbs (2008) e Arnesen et al. (2009) incluem: igualdade e justiça social, tolerância, respeito mútuo, participação (como parte da comunidade, valores democráticos, acesso a uma educação de qualidade e a possibilidade de seu desenvolvimento, equilíbrio entre unidade e diversidade da comunidade) para aplicar aos alunos na criação de um ambiente escolar inclusivo. Stubbs (2008) define três dimensões de uma escola inclusiva: Cultura inclusiva; política inclusiva; e prática inclusiva.

Construir estruturas e práticas inclusivas deve ser acompanhado por uma mudança de valores e necessidades educacionais especiais. No entanto, todos os envolvidos devem se tornar co-autores dessas mudanças, não basta falar sobre elas ou escrevê-las em documentos escolares. É o chefe da escola que pode influenciar significativamente a posição na formação de valores e atitudes positivas em relação a alunos com necessidades diversas (Stubbs, 2008). Uma escola inclusiva une a pedagogia intercultural e integrativa e promove a ideia de convivência democrática e igualdade de oportunidades. Eles tentam eliminar tendências seletivas (Stubbs, 2008):

- *Heterogeneidade nas aulas multiculturais* - mais dificuldade com esta forma de heterogeneidade ocorre onde a classe tem maior número de alunos, uma outra cultura e, especialmente, se o ambiente de fora da administração da escola para filhos de outra cultura hostil;
- *Heterogeneidade de origem social* - é uma forma oculta de seleção se a escola sob o disfarce de diferenciação dos alunos de acordo com talento e desempenho diferenciados também por sua própria origem, significa que um número relativamente grande de alunos provenientes de escola primária na sociedade sem mais educação, que não é propício ao social e inclusão ocupacional; e
- *Heterogeneidade em termos de desempenho* - ainda é um problema na escola, especialmente nas escolas secundárias, os professores não conhecem ou querem trabalhar com grupos de desempenho heterogêneos, que têm um impacto direto em parte dos alunos romanichéis e, portanto, ainda há muito pouco nas escolas secundárias.

Stubbs (2008) enfatiza que a educação inclusiva é uma questão de justiça social. Um dos caminhos que podem ser positivos no futuro para abordar a relação entre a sociedade majoritária e a minoria é a tolerância mútua e o fomento da confiança na supressão das atitudes de intolerância.

2.2 Paulo Freire e as Teorias do Conhecimento

Paulo Freire (1921-1997) foi professor de educação e praticante que atuou principalmente no Brasil. Em seu trabalho *Pedagogia do Oprimido*, ele discute a relação entre o aluno, o professor e a sociedade em geral. Freire (Matheson e Matheson, 2000) sustentaram que, para obter conexões de conhecimento, é necessário fazer muitos níveis entre o aluno, o professor, a questão do assunto e a sociedade. O assunto deve ser aprendido em contexto e através do diálogo.

Em um processo de aprendizagem, o aluno e o educador contribuem com o conhecimento que é importante para o aumento do conhecimento. Freire sustenta que os papéis do educador e do aluno são intercambiáveis. Ele afirma que deve-se pensar em termos de professor-aluno e aluno-professor.

Ensinar não é programar, mas discutir e colocar questões em vez de respondê-las. Ele também diz que o educador deve induzir o aluno a assumir a autodeterminação, em vez de apenas transferir o conhecimento (Freire, 1972). Freire discute (apud Moacir Gadotti, 1994) a natureza do estudo e fornece o seguinte exemplo:

Dois homens estavam viajando em um caminhão cheio de frutas. De repente, chegaram a uma parte muito lamacenta da estrada. O motorista parou. Os dois homens desceram. Eles tentaram melhorar a situação. Eles atravessaram a lama tentando pisar levemente. Então, eles discutiram a situação. Eles reuniram alguns ramos secos e pedras e alinharam na estrada. Eles finalmente conseguiram atravessar a lama sem qualquer dificuldade. (Merriam, 1994, p.54)

Freire (1972) afirma que os dois homens neste caso estão estudando. O termo "estudar" não deve ser visto como algo que faz na escola, em vez disso, estudar é tudo, de acordo com Freire. Sua realização mais importante é que todos os que chegam na escola têm algo de valor a contar. Os alunos não estão apenas lá para ouvir (HEANEY, 2005).

2.3 O Sistema Educacional

A lei brasileira sobre educação (Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro de 1996, LDB 96 Art. 4º e 5º) decreta que o acesso ao ensino primário é um direito público e deve ser obrigatório e gratuito. Ele afirma que todas as crianças receberão um lugar na escola pública mais próxima, jardim de infância ou escola primária e a escola deve fornecer material, transporte, alimentação e cuidados de saúde. O Governo Federal é responsável pela legislação nacional em matéria de educação e pela provisão de diretrizes, para coordenar e desenvolver planos educacionais nacionais e prestar assistência técnica e financeira aos Estados (BRASIL-EDUCAÇÃO, 2016).

O Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pelo desenvolvimento de seus sistemas educacionais e pela assistência prioritária à escolaridade compulsória. Cada escola estabelece seus regulamentos internos, que devem ser aprovados pelo Conselho Educacional do respectivo Sistema Educacional, governo estadual ou federal (BRASIL-EDUCAÇÃO, 2016).

O sistema educacional brasileiro inclui escolas privadas e públicas. Eles são governados pela mesma lei, mas a diferença é que as escolas públicas são gratuitas. A organização da educação pública está estabelecida na Constituição de 1946 e nas diretrizes e normas de 1961 para a educação nacional. A responsabilidade pela educação pública é dividida entre os

governos federal, estadual e municipal. O sistema educacional é dividido em três níveis: ensino primário, intermediário e superior.

O ensino básico de nível primário é obrigatório enquanto todos os outros níveis não são. A educação básica começa aos seis anos e tem uma duração de nove anos (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.274, DE 2006). Os alunos são agrupados em aulas por grau, idade e, em alguns casos, nível de realização. Nas áreas rurais, ainda é comum encontrar aulas de vários níveis que incluem alunos em diferentes níveis de escolaridade (BRASIL-EDUCAÇÃO, 2016). Muitas escolas, especialmente escolas públicas, operam em três turnos diários: manhã, tarde e noite (BRASIL EDUCAÇÃO, 2016). A educação básica visa desenvolver as habilidades dos alunos, dando-lhes o treinamento que se considera necessário para a cidadania comum e fornece-lhes uma base sólida para avançar no trabalho e estudar.

2.4 Educação Inclusiva no Brasil

As escolas e os centros se concentram no desenvolvimento cognitivo, emocional e criativo da criança. A educação inclusiva baseia-se nos valores da democracia, da tolerância e do respeito pelas diferenças e visa eliminar a exclusão que é consequência de atitudes negativas e falta de resposta à diversidade em raça, *status* econômico, classe social, etnia, idioma, religião, gênero, orientação e habilidade sexual (Enciclopédia das Nações, 2016).

O objetivo final da educação inclusiva de qualidade é acabar com todas as formas de discriminação e promover a coesão social. As crianças têm que aprender o saber, como fazer, como ser e como viver juntos, ser incluído pode representar uma situação em que você é parte, de forma orgânica, sem necessariamente ser forçado a conduzir-se de acordo com uma norma rígida (Linikko, 2001, p.12).

2.4.1 O modelo no Brasil

Educar crianças com deficiência é um fenômeno relativamente recente no Brasil. Houve aulas especiais em escolas públicas desde a década de 1930, mas o acesso a essas classes foi limitado. Por causa desse acesso limitado, muitas crianças com deficiência foram encaminhadas para outras instituições. Na década de 1980, como parte do processo de re-democratização, iniciou-se uma discussão sobre os princípios do acesso universal e da democratização do ensino básico e da educação pública (Enciclopédia das Nações, 2016).

Também houve discussões sobre escolas em tempo integral e outras iniciativas voltadas para reverter o desempenho acadêmico deficiente, bem como uma discussão sobre a configuração do chamado campo de Educação Especial. Desde a educação especial dos anos 80, afastou-se de ser segregado e houve um movimento para um sistema de educação mais inclusivo.

Em 2009, uma resolução (RESOLUÇÃO Nº. 4 CNE / CEB) foi aprovada, que forneceu diretrizes relativas à educação inclusiva. A resolução prescreve AEE como modelo de escolaridade para alcançar a inclusão bem-sucedida. AEE significa Atendimento Educacional Especializado, que significa serviços especializados de suporte educacional. A organização do AEE baseia-se (Enciclopédia das nações, 2016):

- Decreto nº 6.949 / 2009 que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência UN;
- Política Nacional Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008), que estabelece diretrizes gerais para educação especial;
- Decreto 6.571 / 2008 , que prevê a política de apoio da União e o financiamento de serviços educacionais especializados, e
- Decreto nº 4 CNE / CEB que proscreve as diretrizes da AEE (Nota Técnica do MEC , 2010).

2.5 O Quadro Jurídico Brasileiro para a Educação Inclusiva

O objetivo da educação inclusiva é promover uma sociedade inclusiva onde não são aceitas restrições aos direitos humanos. Há muita legislação para suportar isso e muitas mudanças foram feitas. Três partes do quadro jurídico estão listadas abaixo, que apoiam fortemente o trabalho de inclusão.

2.5.1 Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD, em inglês) é uma convenção da ONU que afirma que as pessoas com deficiência têm direito a liberdades fundamentais e acesso completo a direitos humanos em geral. A CRPD foi aprovada pelo Senado Brasileiro em 3 de julho de 2008. O objetivo da convenção é:

[...] proteger e garantir o gozo pleno e igualitário de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente (NAÇÕES UNIDAS, 2006).

As nações que são partes da Convenção são obrigadas a reconhecer que as deficiências resultam da interação entre pessoas com deficiências e barreiras, atitudes e ambientes que impedem a participação plena e efetiva da sociedade em igualdade de condições com outras pessoas. Nos termos da convenção são obrigados a educar estudantes em todos os níveis dentro do sistema educacional. É preciso tomar uma atitude de boas-vindas, que respeite os direitos das pessoas com deficiência (NAÇÕES UNIDAS, 2006).

2.5.2 Objetivos para crianças e jovens

Para crianças com deficiências mentais, as mesmas coisas que para todos os outros alunos são importantes. Por uma série de razões, as seguintes coisas "normais" são particularmente importantes para elas (NAÇÕES UNIDAS, 2006):

- Proximidade do lar - Ao frequentar uma escola perto da residência, as viagens são evitadas e o custo resultante da energia, tempo e custo financeiro são menores;
- Crianças e jovens, portanto, têm mais oportunidades para contatos sociais e outras oportunidades fora da sala de aula;
- Vida entre pares - Para crianças e jovens com deficiência mental, é importante crescer entre colegas com deficiência e sem deficiência;
- Segurança - Crianças e jovens com deficiência são mais vulneráveis do que outras pessoas. Um ambiente físico, social e emocionalmente seguro é, portanto, ainda mais importante para eles do que para os outros;
- Educação adequada e adaptável - Crianças e jovens com deficiência mental, muitas vezes mais do que outros alunos, precisam de um plano de aprendizagem individualizado que atenda às suas necessidades metodológicas, didáticas e educacionais específicas;
- Escolha para crianças e jovens - Estudantes com deficiência mental têm direito a informação atualizada para escolher como seus pares: por exemplo, os sujeitos que querem estudar;
- Seleção dos pais - Os pais devem poder escolher entre frequência escolar regular e aulas especiais associadas às escolas convencionais; e
- Aprendizagem ao longo da vida - Na sociedade de hoje, todos precisam de aprendizagem ao longo da vida. As pessoas com deficiência mental precisam ainda de mais para manter suas habilidades e aprender coisas novas. Eles

devem ter mais opções para escolher escolas, cursos. Um sistema de cursos de treinamento para adultos com deficiência mental deve ser estabelecido para manter e desenvolver suas habilidades.

2.5.3 Objetivos para escolas

As escolas e seus funcionários devem ser necessários para atender às necessidades e necessidades de crianças com deficiência mental e seus pais (NAÇÕES UNIDAS, 2006):

- Aspectos físicos - Crianças e jovens podem ter várias deficiências associadas, como deficiência física. As instalações escolares devem ser fisicamente adaptadas e todas as salas devem ser suficientemente grandes para acomodar crianças e jovens que usem cadeiras de rodas e outras ajudas para mobilidade;
- Auxílios técnicos - A incapacidade é muitas vezes mais ou menos compensada por auxílios técnicos;
- Apoio social - As escolas não são apenas um lugar de aprendizagem, são também um local de encontro. As escolas devem apoiar a atmosfera e o modo de organização estimulando os jovens a encontrar e estabelecer relacionamentos e amizades;
- Métodos - As escolas têm a responsabilidade e o dever de oferecer conhecimentos específicos e métodos diferenciados para crianças e jovens com deficiência;
- Apoio a crianças e jovens - As escolas são obrigadas a fornecer informações acessíveis para todos os alunos. As escolas devem promover a participação ativa de estudantes com deficiências mentais no cotidiano da escola;
- Habilidades - As escolas devem prestar atenção regular às habilidades e à vontade da equipe para educar e apoiar crianças e jovens com deficiência. Os professores devem ter o apoio e a oportunidade de ensinar crianças e jovens com problemas significativos de aprendizagem ou comportamentais;
- Gerencie as expectativas - As escolas devem saber de forma realista e explícita o que estão oferecendo. Eles devem deixar claro para os pais. Eles devem concluir um acordo sob a forma de um documento escrito sobre o que será feito e como será avaliado;
- Assistência pedagógica e médica - As escolas de muitos países têm a obrigação de organizar cuidados específicos, apoio à educação e apoio médico necessários às crianças e aos jovens com deficiência;
- Escolas como comunidade - A abordagem inclusiva de todos os membros da comunidade escolar - funcionários, pais, crianças e jovens - para pessoas com deficiência mental deve ser encorajada e esperada.

2.5.4 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca foi adotada por 92 governos e 25 organizações internacionais na cidade espanhola de Salamanca em 1994. Essas partes concordaram que estudantes com necessidades especiais deveriam receber educação junto a outras crianças no mesmo ambiente. A declaração estabeleceu alguns critérios básicos sobre como os sistemas educacionais deveriam ser projetados e os programas educacionais implementados para garantir que as necessidades de cada aluno fossem atendidas com respeito a condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras (NOTA TÉCNICA DO MEC, 2010).

A responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais deve ser compartilhada por uma equipe educacional em vez de se somar a um professor individual. Os responsáveis das escolas receberam a responsabilidade especial de organizar uma cooperação efetiva entre professores de classe e pessoal de suporte. A Declaração também destacou a necessidade de responsabilidade compartilhada e cooperação entre administradores escolares, professores e pais. Reconheceu-se que os pais devem estar ativamente envolvidos na tomada de decisões sobre a criança (Svenska & Unescorâdet, 2006).

2.5.5 Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996

A legislação nacional estipula que todos os cidadãos devem ter oportunidades iguais para a educação. O treinamento deve ser de igual qualidade em todo o país e ser livre na educação pública. A legislação estabelece ainda que a educação, nas escolas públicas e privadas, deve ser caracterizada pela liberdade, solidariedade, tolerância e valores democráticos. Precisa preparar o indivíduo para uma futura carreira e promover a cidadania democrática (LEI Nº 9.394). Se os resultados em uma cidade não conseguem passar por um certo limiar de qualidade, o estado brasileiro deve investir ainda mais no sistema educacional nessa cidade.

O estado também é obrigado a prestar assistência financeira aos estados e aos municípios para desenvolver o sistema educacional e desenvolver diretrizes para pré-escolas, escolas obrigatórias e escolas secundárias, de modo que seja alcançado um padrão IDEB de educação básica comum. Os estabelecimentos educacionais estão sujeitos a esses padrões comuns e são responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de suas próprias estratégias pedagógicas.

Os estabelecimentos de ensino também são obrigados a informar os pais e responsáveis sobre a implementação da abordagem educacional. A lei também estabelece que as escolas devam colaborar com as famílias e a comunidade para garantir que sejam integradas na sociedade (LEI Nº 9.394). A lei também instrui professores a participar do desenvolvimento da abordagem educacional da escola. Os professores são instruídos a oferecer educação de acordo com o plano pedagógico da escola e desenvolver estratégias que ofereçam a todos os alunos a oportunidade de aprender (LEI Nº 9.394).

2.6 Qualidade da Educação no Brasil

O treinamento de professores é vital para o desenvolvimento da profissão e o *status* do ensino precisa ser levantado (QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO...). A realização da não discriminação e a plena participação na educação exigem o desenvolvimento de escolas inclusivas onde a educação está inserida na comunidade e onde todos são bem-vindos, independentemente das diferenças sociais e culturais, gênero ou características pessoais (UNESCO, 2008).

3. Considerações Finais

Embora ainda haja muito trabalho a ser feito para implementar o princípio de uma educação igual para todos nas escolas no Brasil, a provisão de uma educação inclusiva deve ser vista como um processo. Alcançar um alto nível de inclusão social é um passo muito significativo. A educação oferecida engloba muitas pessoas que estão em diferentes níveis e isso dificulta trazer grandes mudanças. A estrutura do AEE é uma maneira de iniciar essas mudanças. Se algumas escolas demonstram que o novo sistema funciona e tem benefícios muito reais, isso pode influenciar o pensamento dos políticos.

Isso pode ajudar a iniciar discussões mais amplas sobre a prática de avaliação e outras políticas que tenham impacto na capacidade do pessoal para fornecer uma educação de boa qualidade. Uma estrutura efetiva pode ajudar a reduzir o isolamento que os professores regulares podem sentir e pode dar-lhes a coragem que precisam para tornar a inclusão comumente aceita, prática para todos. Ao tomar essa abordagem, é possível dar a todos os filhos uma educação igual, que se baseie em valores igualitários.

Outra questão é se os pais de crianças com deficiência estão conscientes dos direitos de seus filhos e como o governo envia informações sobre isso. Para promover o desenvolvimento da educação inclusiva, os pais precisam conhecer seus direitos. É o trabalho do governo informar a população. De acordo com o quadro legal, o direito de cada indivíduo participar da sociedade é fundamental.

O foco deste estudo não era sobre gênero. De acordo com a declaração de Salamanca, as mulheres com deficiência sofrem mais com a discriminação do que com os homens. Os estados têm a responsabilidade de garantir que todos participem

de programas educacionais. Pesquisas adicionais nesta área determinarão se as mulheres com deficiência participam ou não em igualdade de condições, e quais medidas podem estar disponíveis para reduzir as diferenças relacionadas ao gênero.

O sistema educacional no Brasil sofreu mudanças e desenvolvimento nos últimos anos. Em 1996, foi promulgada uma lei que afirmava que todas as crianças devem estar matriculadas no sistema escolar regular. Este foi o início do processo de educação inclusiva. Segundo a UNESCO, a educação inclusiva baseia-se no direito de todos os alunos a uma educação de qualidade que atenda às necessidades básicas de aprendizagem e enriquece vidas.

O termo deficiência pode ser abordado e discutido a partir de diferentes modelos explicativos, sendo o mais proeminente os modelos médicos e sociais. O modelo médico está preocupado em fazer um diagnóstico da divergência de um indivíduo da normalidade, indicando que o problema reside no indivíduo (Börjesson & Palmblad 2003). Isso difere do modelo social que considera deficiência um problema socialmente criado (OMS). Sob este modelo, segue-se que as causas dos problemas são encontradas no ambiente (Persson, 2003). Três partes do quadro jurídico que promovem o trabalho da educação inclusiva podem ser identificadas:

- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) é uma convenção da ONU que estabelece os direitos das pessoas com deficiência a liberdade fundamental e acesso completo aos direitos humanos para deficiência;
- A Declaração de Salamanca estabelece que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escolas regulares, sendo as escolas preparadas para atender às suas necessidades, incluindo as que apresentam graves desvantagens e deficiências; e
- A Lei Nº 9.394, uma parte da legislação nacional brasileira que, entre outras coisas, estipula que todos os cidadãos devem ter oportunidades educacionais iguais.

Existe a necessidade de mais estudos científicos sobre a Educação Inclusiva, pois ainda é um tema pouco aprofundado. Apesar das leis brasileiras serem decretadas modernas em relação a outros países, o caminho a ser percorrido ainda é longo e há a necessidade de superá-lo. Muitas escolas não estão preparadas para receber alunos com necessidades especiais, especialmente quando se fala da constituição do corpo docente. Há a obrigação de encontrar um só tipo de educação, ou seja, a educação universal, sem a restrição de classe social, raça, cor ou qualquer tipo de necessidade que a pessoa venha a ter.

Referências

- Alrø, H. & Skovsmose, O. (2002). Diálogo e aprendizagem na educação matemática: intenção, reflexão, crítica. Boston: *Kluwer Academic Publishers*. 2002.
- André, M. E. D. A. (1983) Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. *Cadernos de pesquisa* 66-71.
- Arnesen, A., & Allen, J. (2009). Políticas e práticas para o ensino da diversidade sociocultural. Conceitos, Princípios e Desafios na Educação de Professores. Conselho da Europa.
- Börjesson, M. P. . (2003). O filho da infância difícil. Lund: literatura estudantil.
- Brasil, (2016). <http://www.un.int/brazil/brazil/brazil-education.htm>>. O sistema educacional desigual do Brasil equivale a grandes problemas.
- Brock, C. E.S, S. (2004). Os desafios da educação no Brasil. Oxford: livros do simpósio.
- Egeberg, S. (2010). Teorias psicológicas do desenvolvimento: uma introdução. E. Jerlang (Ed.) Escola de História Cultural: (3ª ed.). Estocolmo: Liber. Fatos econômicos. [http://www.ekonomifakta.se/en/Fakta/Utbildning-och-forskning/Investment-- Educaçã o e Pesquisa / Custo por Estudante](http://www.ekonomifakta.se/en/Fakta/Utbildning-och-forskning/Investment--Educa%C3%A7%C3%A3o_e_Pesquisa/_Custo_por_Estudante).
- Enciclopédia das nações. Brasil, (2016) - educação (nd) A Inclusão. <http://www.nationsencyclopedia.com/Americas/Brazil-Education.html>.
- Freire, P. (1972). Pedagogia para oprimidos. (3.ed.). Estocolmo; Gummessons. 205p.

- Fontelles, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H & Fontelles, R. G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista paraense de medicina*, 23(3), 1 –9.
- Gil, A. C. (2009). Como elaborar projetos de pesquisa. (4ª. ed.), Atlas
- Gil, A. C. (2019). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas.
- Goldenberg, M. (1997) A arte de pesquisar. Record
- Gil, A. C. (2010). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6. ed.). Atlas.
- Heaney, T. (2005). Problemas na pedagogia freireana. <<http://www.nl.edu/academics/cas/ace/resources/Documents/FreireIssues.cfm#conscientization>>.
- James, S. (2007). Cuidados de enfermagem das crianças: princípios e práticas. (3ª ed). St. Louis, Missouri: Saunders. 300p. 2007.
- Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Nº 9.394, (1996). <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>.
- Linikko, J. (2009). É importante encontrar a chave. Estocolmo: Serviço Universitário US-AB. LOPEZ, I. Educação inclusiva: uma nova fase de educação especial no Sri Lanka. Gotemburgo: Departamento de Educação e Didática da Universidade de Gotemburgo. 2009.
- Matheson, C. M. (2000). Questões educacionais na era de aprendizagem. Nova Iorque: Continuum. 3(4), .31-165. 2000.
- Merriam, S. (1994). Estudo de caso como método de pesquisa. Lund: literatura estudantil. 1994.
- IBGE, (2009). Folha online. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u635691.shtml>.
- ONU- Organização das Nações Unidas. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. <http://www.un.org/disabilities/convention/conventionfull.shtml>.
- Nota técnica do Mec 2010-05-11. (2022). <http://www.vereadoramragabril.com.br/noticias/440-nota-tecnica-do-mec-.html>.
- Persson, B. (2003). Desigualdades dos alunos e conhecimento da educação especial. Estocolmo: Liber. Persson, RS. Análise pragmática: reescrever e interpretar dados quantitativos. Morrisville, NC: Lulu Press. 2003.
- Stubbs, S. (2008). Lá onde tem poucos recursos. Oslo: The Allas Alliance, 2008. <http://www.eenet.org.uk/resources/docs/IE%20few%20resources%20200.pdf>Inclusive Education.
- Svenska, U. (2006). Declaração de Salamanca e Salamanca +10, Conselho Sueco da Unesco Série 2/2006.
- UNESCO. (2008). Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. Escritório Regional de Educação para América Latina e Caribe (Orealc / UNESCO Santiago). <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001505/150585por.pdf>.
- UNESCO. (2015). Diretrizes políticas sobre inclusão na educação. Educação das Nações Unidas. http://www.inclusive-education-in-action.org/iea/dokumente/upload/72074_177849e.pdf.
- Vítková, M. (2013). Teoria e prática no desenvolvimento de uma escola inclusiva em casa e no exterior - Clima escolar, ensino inclusivo, heterogeneidade na escola, didática inclusiva. In: Pančocha, K., VítKOVÁ, M., et al. Análise dos determinantes sociais da educação inclusiva. Brno: Paido, p. 43-55. 2013.